IV Finanças Públicas

Políticas orçamentária, fiscal e tributária

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2011 (Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010) fixou a meta de *superavit* primário para o setor público consolidado em R$125,5 bilhões, dos quais R$81,8 bilhões na esfera do Governo Central, R$7,6 bilhões na esfera das empresas estatais federais e R$36,1 bilhões na esfera dos governos regionais. Com a edição da Lei nº 12.377, de 30 de dezembro de 2010, que excluiu o Grupo Eletrobras da apuração do *deficit* primário, a meta consolidada foi reduzida para R$117,9 bilhões, mantendo-se inalteradas as metas para o Governo Central e para os governos regionais.

Em setembro de 2011 foi divulgado o quarto relatório de avaliação das receitas e despesas primárias do Governo Central, sinalizando elevação de R$25 bilhões na estimativa das receitas primárias em relação à previsão realizada em julho. Nesse cenário, o Decreto nº 7.575, de 29 de setembro de 2011, elevou as metas de *superavit* primário do Governo Central e do setor público consolidado para R$91,8 bilhões e R$127,9 bilhões, respectivamente.

Visando propiciar mais benefícios e oportunidades aos pequenos empreendedores brasileiros, o Congresso Nacional aprovou a Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011, que alterou o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional). Entre as alterações, assinalem-se:

a) o reajuste de 50% nos limites de receita bruta anual para efeito de enquadramento dessas empresas no regime tributário diferenciado, denominado Simples Nacional. Dessa forma, a partir de 1º de janeiro de 2012, passou a ser considerada Microempresa a pessoa jurídica que auferir, no ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R$360 mil; e Empresa de Pequeno Porte, aquela que auferir receita bruta superior a R$360 mil e igual ou inferior a R$3,6 bilhões;
b) a elevação, de R$36 mil para R$60 mil, do valor da receita bruta para efeito de enquadramento do trabalhador informal como Microempreendedor Individual (MEI). Além disso, com a edição da Medida Provisória nº 529, de 7 de abril de 2011, a contribuição previdenciária a cargo da categoria foi reduzida de 11% para 5% do valor do salário mínimo;

c) a permissão para que as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte realizem exportações sem risco de serem excluídas do regime diferenciado, desde que os valores exportados não ultrapassem os limites da receita bruta previstos para se beneficiar do Simples Nacional. Na prática, essas empresas poderão duplicar o limite de enquadramento, desde que metade do faturamento seja proveniente das vendas externas; e
d) a simplificação no recolhimento de todos os tributos e encargos trabalhistas, que passará a ser efetuado mediante preenchimento da Declaração Única de Informações Sociais do empreendedor individual.

Objetivando preservar a flexibilidade na definição de prioridades na gestão orçamentária, o Poder Executivo encaminhou proposta de emenda constitucional pleiteando a prorrogação do mecanismo que, desde 1994, permite a desvinculação parcial de receitas da União. A aprovação da Emenda Constitucional nº 68, de 21 de dezembro de 2011, prorrogou, até 31 de dezembro de 2015, a Desvinculação de Receitas da União (DRU). Ressalte-se que R$62,4 bilhões das despesas orçamentárias de 2012, com destinação preestabelecida, foram convertidos em recursos de livre alocação.

Outras medidas de política econômica

O governo anunciou, em agosto, conjunto de medidas, denominado Plano Brasil Maior (PBM), com o objetivo de favorecer a aceleração do crescimento do investimento produtivo e do esforço tecnológico, a inovação das empresas nacionais e o aumento da competitividade dos bens e serviços nacionais. No âmbito das medidas, foi instituído o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), com o objetivo de reintegrar valores referentes a custos tributários residuais. O regime confere, à pessoa jurídica que efetue exportação de bens manufaturados, a possibilidade de apurar o valor para fins de ressarcimento, parcial ou integralmente, do resíduo tributário existente na sua cadeia de produção. Sob a ótica da política fiscal, a implementação do Plano implicará renúncia de receita estimada em R$24,5 bilhões nos exercícios de 2011 e 2012. Dentre as medidas com potencial para reduzir a arrecadação, efetivadas mediante a edição de medidas provisórias e decretos presidenciais, destacam-se:

a) desoneração, até dezembro de 2012, do IPI incidente sobre materiais de construção, bens de capital e caminhões e veículos comerciais leves;
b) redução para zero da contribuição patronal incidente sobre a folha de pagamento das industriais de confecções, calçados, móveis e *software*;
c) devolução de créditos presumidos do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) acumulados na cadeia produtiva do setor manufatureiro. O crédito corresponde a 3% do valor exportado pelo segmento, e a medida terá validade até dezembro de 2012; e

d) redução gradual do prazo de devolução dos créditos do PIS/Cofins – de doze meses para apropriação imediata – incidentes sobre bens de capital.

Objetivando aprimorar o programa Minha Casa, Minha Vida, o governo estabeleceu, por meio da Medida Provisória nº 514, de 1º de dezembro de 2010, a meta de financiamento de dois milhões de unidades habitacionais para famílias de baixa renda, no período de 2011 a 2014, com investimentos estimados em R$125,7 bilhões. Desse total, R$72,6 bilhões serão destinados à concessão de subvenções econômicas e R$53,1 bilhões a financiamentos.

Ressalte-se, também, o lançamento do Plano Brasil sem Miséria, que envolve conjunto de ações que agrega transferência de renda, acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica e inclusão produtiva. No contexto das ações, foram ampliados os benefícios amparados pelo Programa Bolsa Família, a partir de 1º de abril, que envolve o reajuste médio de 19,4% nos valores pagos e a elevação no número de beneficiários por família. Com as alterações, o valor do menor benefício concedido pelo Programa passou de R$22,00 para R$32,00; e o maior, de R$200,00 para R$306,00.

A Medida Provisória nº 516, de 30 de dezembro de 2010, fixou o valor do salário mínimo em R$540,00, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2011, valor alterado posteriormente, pela Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, para R$545,00, com vigência a partir de 1º de março. A mesma lei dispôs sobre regras de atualização do salário mínimo no período 2012-2015, sendo estipulado que a correção anual respeitará a variação do INPC acumulada nos doze meses anteriores ao mês de reajuste, acrescida do percentual correspondente à taxa de crescimento do PIB no período t-2.

Os benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foram reajustados em 6,41%, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2011. Os maiores salários de benefício e de contribuição aumentaram para R$3.689,66.

Necessidades de financiamento do setor público

O *superavit* primário do setor público consolidado atingiu R$128,7 bilhões em 2011, total R$0,8 bilhão superior à meta estabelecida para o exercício e equivalente a 3,11% do PIB. Ocorreram resultados favoráveis em todas as esferas do setor público, atingindo R$93 bilhões no Governo Central, R$33 bilhões nos governos regionais e R$2,7 bilhões nas empresas estatais.

Quadro 4.1 – Necessidades de financiamento do setor público

Discriminação	2007		2008	
	R$ milhões	% do PIB[1/]	R$ milhões	% do PIB[1/]
Nominal	74 460	2,8	61 927	2,0
Governo Central[2/]	59 607	2,2	24 891	0,8
Governos estaduais	10 335	0,4	29 715	1,0
Governos municipais	2 369	0,1	5 494	0,2
Empresas estatais	2150	0,1	1 827	0,1
Primário	-88 078	-3,3	-103 584	-3,4
Governo Central[2/]	-59 439	-2,2	-71 308	-2,4
Governos estaduais	-25 998	-1,0	-25 931	-0,9
Governos municipais	-3 936	-0,1	-4 644	-0,2
Empresas estatais	1295	0,0	-1 701	-0,1
Juros nominais	162 538	6,1	165 511	5,5
Governo Central[2/]	119 046	4,5	96 199	3,2
Governos estaduais	36 333	1,4	55 646	1,8
Governos municipais	6 305	0,2	10 138	0,3
Empresas estatais	855	0,0	3 528	0,1

(continua)

Quadro 4.1 – Necessidades de financiamento do setor público (continuação)

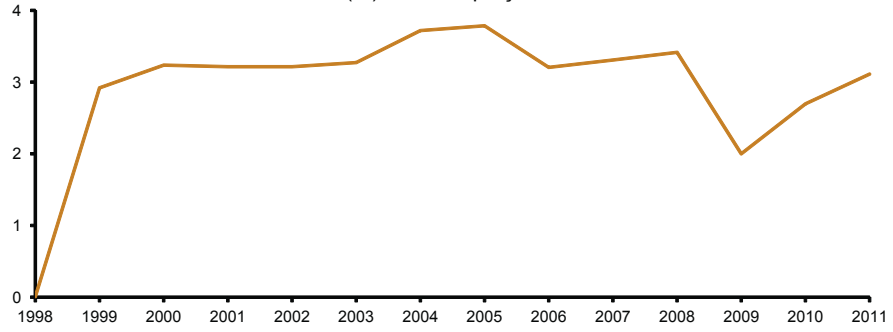
Discriminação	2009		2010		2011	
	R$ milhões	% do PIB[1/]	R$ milhões	% do PIB[1/]	R$ milhões	% do PIB[1/]
Nominal	106 242	3,3	93 673	2,5	107 963	2,6
Governo Central[2/]	107 363	3,3	45 785	1,2	87 518	2,1
Governos estaduais	-3 317	-0,1	40 442	1,1	14 008	0,3
Governos municipais	1 236	0,0	7 309	0,2	5 960	0,1
Empresas estatais	960	0,0	137	0,0	478	0,0
Primário	-64 769	-2,0	-101 696	-2,7	-128 710	-3,1
Governo Central[2/]	-42 443	-1,3	-78 723	-2,1	-93 035	-2,3
Governos estaduais	-17 957	-0,6	-16 961	-0,4	-29 649	-0,7
Governos municipais	-3 045	-0,1	-3 674	-0,1	-3 314	-0,1
Empresas estatais	-1 323	-0,0	-2 338	-0,1	-2 712	-0,1
Juros nominais	171 011	5,3	195 369	5,2	236 673	5,7
Governo Central[2/]	149 806	4,6	124 509	3,3	180 553	4,4
Governos estaduais	14 639	0,5	57 403	1,5	43 657	1,1
Governos municipais	4 281	0,1	10 983	0,3	9 273	0,2
Empresas estatais	2284	0,1	2474,7	0,1	3190,1	0,1

1/ Preços correntes.

2/ Governo federal, Banco Central e INSS.

As receitas brutas do Tesouro Nacional (TN) representaram 18,3% do PIB em 2011, ante 19,1% no ano anterior. Essa retração refletiu, em especial, o impacto de R$74,8 bilhões sobre o resultado de 2010, decorrente da cessão onerosa à Petrobras para exploração de petróleo, sem contrapartida em 2011.

Gráfico 4.1
Necessidades de financiamento do setor público
Primário em (%) do PIB a preços correntes



As despesas do TN corresponderam a 10,6% do PIB, ante 11,7% do PIB em 2010, quando as despesas associadas à capitalização da Petrobras representaram 1,14% do PIB. As despesas com pessoal e encargos sociais totalizaram 4,33% do PIB, reduzindo-se em 0,09 p.p. do PIB no ano.

Quadro 4.2 – Resultado primário do Governo Central

R$ milhões

Discriminação	2006	2007	2008	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Receita total	543 505	618 873	716 658	13,9	15,8
Tesouro Nacional	418 416	477 142	551 343	14,0	15,6
Previdência Social	123 520	140 412	163 355	13,7	16,3
Banco Central	1 569	1 319	1 959	-15,9	48,5
Despesa total	494 757	561 221	630 976	13,4	12,4
Tesouro Nacional	327 432	373 964	428 983	14,2	14,7
Transferências a estados e municípios	92 780	105 605	133 076	13,8	26,0
Pessoal e encargos sociais	105 496	116 372	130 829	10,3	12,4
Outras despesas correntes e de capital	128 460	151 467	164 036	17,9	8,3
Fundo de Amparo ao Trabalhador	15 442	18 647	21 026	20,8	12,8
Subsídios e subvenções econômicas	9 581	10 021	5 980	4,6	-40,3
Loas/RMV	11 639	14 191	16 036	21,9	13,0
Investimentos	17 481	22 107	28 269	26,5	27,9
Outras despesas de custeio	74 316	86 501	92 724	16,4	7,2
Transferências do Tesouro ao Banco Central	695	521	1 043	-25,1	100,2
Previdência Social	165 585	185 293	199 562	11,9	7,7
Banco Central	1 740	1 964	2 431	12,8	23,8
Fundo Soberano do Brasil[1/]	-	-	14 244	-	-
Resultado do Governo Central[2/]	48 748	57 652	71 438	18,3	23,9
Tesouro Nacional	90 985	103 178	108 117	13,4	4,8
Previdência Social	-42 065	-44 882	-36 207	6,7	-19,3
Banco Central	-171	-645	-472	276,5	-26,8
Resultado primário/PIB – %	2,1	2,2	2,4	-	-

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

1/ Constitui *deficit* do Tesouro Nacional.

2/ (+) = *superavit* ; (-) = *deficit* .

Quadro 4.3 – Receita bruta do Tesouro Nacional

R$ milhões

Discriminação	2009	2010	2011	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Receita total	569 846	719 531	757 429	26,3	5,3
Impostos e contribuições	470 684	546 285	641 552	16,1	17,4
Demais receitas	99 162	173 246	115 877	74,7	-33,1
Compensações financeiras[1/]	19 412	24 421	29 586	25,8	21,1
Diretamente arrecadadas	23 534	27 363	32 943	16,3	20,4
Dividendos da União	26 683	22 414	19 962	-16,0	-10,9
Concessões	3 091	1 158	3 938	-62,5	240,1
Cessão onerosa para exploração de petróleo	-	74 808	-	-	-
Outras	26 442	23 082	29 448	-12,7	27,6

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

1/ Receitas sobre a produção de petróleo e gás natural.

Os desembolsos para cobertura de gastos amparados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) – pagamento do abono salarial e do seguro desemprego aos trabalhadores da iniciativa privada – somaram R$34,7 bilhões, e os destinados a benefícios assistenciais (Lei Orgânica da Assistência Social/Renda Mensal Vitalícia – Loas/RMV), R$24,9 bilhões, registrando aumentos anuais respectivos de 14% e 12%. Essa evolução evidenciou o impacto do reajuste do salário mínimo, a partir de janeiro de 2011 e, no âmbito dos benefícios assistenciais, o crescimento de 6,7% na quantidade de benefícios pagos.

Quadro 4.4 – Despesas do Tesouro Nacional

R$ milhões

Discriminação	2009	2010	2011	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Despesas total	344 436	442 244	439 196	28,4	-0,7
Pessoal e encargos sociais	151 653	166 487	179 277	9,8	7,7
Custeio e capital	191 604	274 515	257 783	43,3	-6,1
Fundo de Amparo ao Trabalhador	27 433	30 311	34 660	10,5	14,3
Subsídios e subvenções econômicas	5 190	7 846	10 522	51,2	34,1
Benefícios assistenciais (Loas/RMV)	18 946	22 234	24 905	17,4	12,0
Capitalização da Petrobras	-	42 928	-	-	-
Outras despesas de custeio e capital	140 035	171 196	187 696	22,3	9,6
Outras despesas de custeio	105 898	124 090	140 196	17,2	13,0
Investimento	34 137	47 106	47 500	38,0	0,8
Transferências do Tesouro ao Bacen	1 179	1 242	2 136	5,3	72,0

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

Os gastos com investimentos totalizaram R$47,5 bilhões em 2011 (1,15% do PIB), registrando recuo anual de 0,09 p.p. do PIB.

Os juros nominais apropriados totalizaram R$236,7 bilhões (5,71% do PIB). O aumento anual de 0,53 p.p. do PIB refletiu, em especial, os impactos da maior variação do IPCA e do patamar mais elevado da taxa Selic acumulada no ano, indicadores que incidem sobre parcela expressiva dos títulos federais. O *deficit* nominal do setor público, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, atingiu R$108 bilhões em 2011 (2,61% do PIB), elevando-se 0,12 p.p. do PIB em relação ao ano anterior. O financiamento desse *deficit* ocorreu mediante expansões da dívida mobiliária e das demais fontes de financiamento interno, que incluem a base monetária, neutralizadas, em parte, por reduções no financiamento externo líquido e na dívida bancária líquida.

Quadro 4.5 – Usos e fontes – Setor público consolidado

Discriminação	2009		2010		2011	
	R$ milhões	% do PIB	R$ milhões	% do PIB	R$ milhões	% do PIB
Usos	106 242	3,3	93 673	2,5	107 963	2,6
Primário	-64 769	-2,0	-101 696	-2,7	-128 710	-3,1
Juros internos	171 177	5,3	194 475	5,2	237 707	5,7
Juros reais	181 577	5,6	23 976	0,6	157 344	3,8
Atualização monetária	-10 400	-0,3	170 499	4,5	80 363	1,9
Juros externos	-167	-0,0	894	0,0	-1 034	-0,0
Fontes	106 242	3,3	93 673	2,5	107 963	2,6
Financiamento interno	161 541	5,0	178 530	4,7	214 421	5,2
Dívida mobiliária	265 483	8,2	35 185	0,9	223 783	5,4
Dívida bancária	-123 218	-3,8	100 867	2,7	-20 982	-0,5
Renegociações	-	-	-	-	-	-
Estados	-	-	-	-	-	-
Municípios	-	-	-	-	-	-
Estatais	-	-	-	-	-	-
Demais	19 276	0,6	42 478	1,1	11 619	0,3
Relacionamento TN/Bacen	-	-	-	-	-	-
Financiamento externo	-55 299	-1,7	-84 857	-2,3	-106 458	-2,6
PIB em 12 meses[1/]	3 239 404		3 770 085		4 143 013	

1/ PIB a preços correntes.

Dívida mobiliária federal

A dívida mobiliária federal, avaliada pela posição de carteira, atingiu R$1.783,1 bilhões, 43% do PIB, em 2011, ante R$1603,9 bilhões, 42,5% do PIB, em 2010. A elevação anual decorreu de resgates líquidos de R$25,6 bilhões, incorporação de juros de R$203,6 bilhões e aumento de R$1,1 bilhão decorrente da depreciação do real ante o dólar.

Quadro 4.6 – Títulos públicos federais – Posição de carteira

Saldos em R$ milhões

Discriminação	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Responsabilidade do TN	1 390 694	1 583 871	1 759 134	2 036 231	2 307 143	2 534 898
Carteira do Banco Central	297 198	359 001	494 311	637 815	703 203	751 837
LTN	164 989	158 748	131 149	132 191	112 341	148 877
LFT	72 737	78 955	187 346	242 856	271 074	226 960
NTN	59 472	121 298	175 817	262 768	319 788	376 000
Créditos securitizados	0	0	0	0	0	0
Fora do Banco Central	1 093 495	1 224 871	1 264 823	1 398 415	1 603 940	1 783 061
LTN	346 984	325 149	239 143	247 270	354 731	402 376
LFT	412 034	409 024	453 131	500 224	521 705	548 664
BTN	39	27	30	18	13	10
NTN	296 598	451 132	538 380	621 479	701 128	805 849
CTN/CFT-A/CFT-B/CFT-C/CFT-D/ CFT-E	14 532	13 903	14 306	12 851	13 141	12 435
Créditos securitizados	17 793	20 777	15 089	12 058	9 096	9 719
Dívida agrícola	1 302	0	0	0	0	0
TDA	4 213	4 859	4 743	4 516	4 125	4 008
CDP	0	0	0	0	0	0
Responsabilidade do Banco Central	0	0	0	0	0	0
LBC	-	-	-	-	-	-
BBC/BBCA	-	-	-	-	-	-
NBCE	-	-	-	-	-	-
NBCF	-	-	-	-	-	-
NBCA	-	-	-	-	-	-
Total fora do Banco Central	1 093 495	1 224 871	1 264 823	1 398 415	1 603 940	1 783 061
Em % do PIB	46,1	46,0	41,7	43,2	42,5	47,3

Os títulos de responsabilidade do TN totalizaram R$2.534,9 bilhões em dezembro de 2011, dos quais R$751,8 bilhões em poder do Banco Central e R$1.783,1 bilhões em poder do mercado.

As participações, no total da dívida mobiliária, dos títulos prefixados e daqueles atrelados a índices de preços aumentaram, na ordem, de 37,9% e 28,1%, em 2010, para 38,3% e 29,6%, respectivamente, em 2011, enquanto a relativa aos títulos vinculados à taxa Selic recuou de 32,5% para 30,8%. As parcelas relacionadas aos títulos vinculados à taxa de câmbio e à Taxa Referencial (TR) mantiveram-se estáveis em 0,6% e 0,8%, no período.

As operações primárias do TN com títulos públicos federais registraram resgates líquidos de R$75,2 bilhões, resultado de liquidações de R$494 bilhões e colocações de R$418,8 bilhões. As operações de trocas, realizadas com o objetivo de alongar o prazo da dívida vincenda, somaram R$53,2 bilhões, com resgates antecipados de R$3,2 bilhões.

Gráfico 4.2
Títulos públicos federais
Participação por indexador

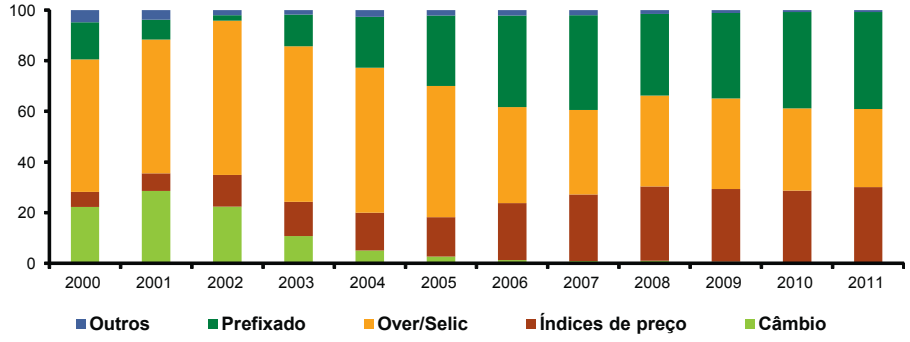
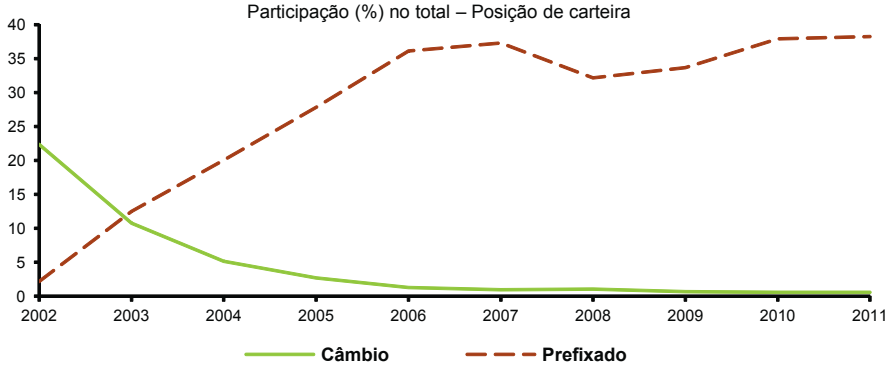


Gráfico 4.3
Evolução da estrutura da dívida mobiliária
Participação (%) no total – Posição de carteira



Quadro 4.7 – Títulos públicos federais

Participação percentual por indexador – Posição de carteira

Índice de correção	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total – R$ milhões	979 662	1 093 495	1 224 871	1 264 823	1 398 415	1 603 940	1 783 061
Câmbio	2,7	1,3	0,9	1,1	0,7	0,6	0,6
TR	2,1	2,2	2,1	1,6	1,2	0,8	0,8
IGP-M	7,0	6,4	5,8	5,1	4,6	4,5	4,0
Over/Selic	51,8	37,8	33,4	35,8	35,8	32,5	30,8
Prefixado	27,9	36,1	37,3	32,2	33,7	37,9	38,3
TJLP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IGP-DI	1,1	0,9	0,7	0,6	0,4	0,3	0,2
INPC	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IPCA	7,4	15,3	19,8	23,6	23,6	23,3	25,4
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

As operações compromissadas registraram saldo médio diário de R$340,8 bilhões em dezembro, expansão de 4,6% em relação a igual período de 2010. Evidenciando

aumento de prazo médio, a representatividade das operações de duas semanas a três meses aumentou de 40%, em 2010, para 44%, em 2011, e a relativa às operações com prazo superior a seis meses, de 40% para 51%, contrastando com o recuo, de 20% para 5%, na representatividade das operações de curtíssimo prazo. No ano, as operações compromissadas registraram vendas líquidas de títulos de R$15,8 bilhões e incorporação de juros de R$46,7 bilhões.

Gráfico 4.4
Posição líquida de financiamento dos títulos públicos federais – Média diária

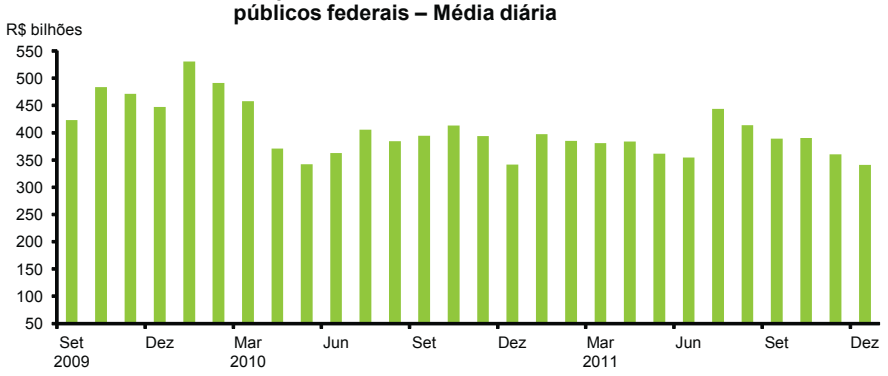
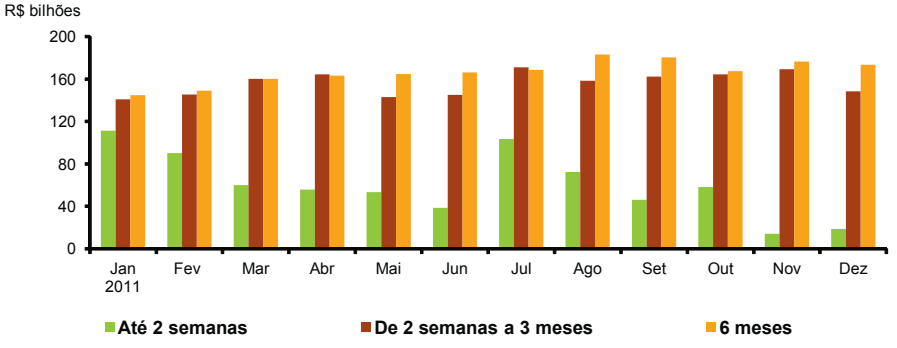


Gráfico 4.5
Operações compromissadas do Banco Central – Volume por prazo – Média dos saldos diários



A exposição total líquida nas operações reversas de *swap* cambial atingiu R$3 bilhões em dezembro de 2011. O resultado dessas operações no ano, compreendido como a diferença entre a rentabilidade do DI e a variação cambial mais cupom, foi favorável ao Banco Central em R$706 milhões, no conceito caixa, valor contemplado na apuração das necessidades de financiamento do setor público.

O Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida pública federal de 2011 definiu os seguintes limites mínimos e máximos a serem atingidos até o final do ano para as participações dos indexadores no total da dívida pública: títulos prefixados, 36% e 40%; títulos indexados a índices de preços, 26% e 29%; títulos atrelados à taxa *over*/Selic, 28% e 33%; títulos vinculados ao câmbio, 4% e 6%. Em dezembro, esses percentuais atingiram, na ordem, 38,3%, 29,6%, 30,8% e 0,6%.

O cronograma de amortização da dívida mobiliária em mercado, exceto operações de financiamento, referente a dezembro de 2011, evidenciou que 19,4% da dívida mobiliária registrava vencimento em 2012; 22,5%, em 2013; e 58,1%, a partir de janeiro de 2014. O percentual de vencimentos em doze meses situou-se 1,6 p.p. abaixo do limite mínimo de 21% estabelecido pelo PAF 2011. O prazo médio de vencimento da dívida em dezembro atingiu 41,8 meses, situando-se no intervalo de 42 a 44,4 meses estabelecido no PAF 2011.

Dívida Líquida do Setor Público

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu R$1.508,4 bilhões em 2011, representando 36,5% do PIB, ante 39,1% do PIB em 2010. Essa redução refletiu as contribuições do crescimento anual do PIB, -3,5 p.p; do *superavit* primário acumulado no ano, -3,1 p.p. do PIB; da depreciação cambial de 12,6% acumulada no ano, -1,6 p.p.; e do ajuste de paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida, -0,2 p.p. Esses movimentos foram parcialmente neutralizados pelo impacto de 5,7 p.p. do PIB associado à apropriação dos juros nominais. Destacaram-se, na evolução da composição da DLSP em 2010, o crescimento da parcela credora vinculada ao câmbio, decorrente do aumento das reservas internacionais e da depreciação cambial, e da parcela vinculada à taxa Selic.

Quadro 4.8 – Evolução da Dívida Líquida do Setor Público

Discriminação	2008		2009	
	R$ milhões	% do PIB	R$ milhões	% do PIB
Dívida líquida total – Saldo	1 168 238	38,5	1 362 711	32,9
Dívida líquida – Variação acumulada no ano	-43 524	-11,8	194 472	2,2
Fatores condicionantes (fluxos acum. ano):[1/]	-43 524	-1,4	194 472	4,7
Necessidade de financiamento do setor público	61 927	2,0	106 242	2,6
Primário	-103 584	-3,4	-64 769	-1,6
Juros nominais	165 511	5,5	171 011	4,1
Ajuste cambial[2/]	-78 426	-2,6	80 886	2,0
Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio	3 180	0,1	-3 414	-0,1
Dívida externa	-81 606	-2,7	84 300	2,0
Dívida externa – Outros ajustes[3/]	-26 394	-0,9	10 907	0,3
Reconhecimento de dívidas	135	0,0	-345	-0,0
Privatizações	-767	-0,0	-3217	-0,1
Efeito crescimento PIB – Dívida[4/]		-10,3		-2,5
PIB em R$ milhões	3 032 203		3 239 404	

(continua)

A Dívida Bruta do Governo Geral (governo federal, INSS, governos estaduais e governos municipais) atingiu R$2.243,6 bilhões (54,3% do PIB) em 2011. A elevação anual de 0,9 p.p. do PIB decorreu, sobretudo, da incorporação de juros nominais e da depreciação cambial registradas no período.

Quadro 4.8 – Evolução da Dívida Líquida do Setor Público (continuação)

Discriminação	2010		2011	
	R$ milhões	% do PIB	R$ milhões	% do PIB
Dívida líquida total – Saldo	1 475 820	39,1	1 508 547	36,4
Dívida líquida – Variação acumulada no ano	113 109	-1,6	32 727	-2,7
Fatores condicionantes (fluxos acum. ano)[1/]	113 109	3,0	32 727	0,8
Necessidade de financiamento do setor público	93 673	2,5	107 963	2,6
Primário	-101 696	-2,7	-128 710	-3,1
Juros nominais	195 369	5,2	236 673	5,7
Ajuste cambial[2/]	17 677	0,5	-66 626	-1,6
Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio	1 513	0,0	-3 405	-0,1
Dívida externa	16 163	0,4	-63 221	-1,5
Dívida externa – Outros ajustes[3/]	1 533	0,0	-9 097	-0,2
Reconhecimento de dívidas	2969	0,1	487	0,0
Privatizações	-2742	-0,1	0	0,0
Efeito crescimento PIB – Dívida[4/]		-4,6		-3,5
PIB em R$ milhões	3 770 085		4 143 013	

1/ Os fatores condicionantes da dívida líquida como percentual do PIB consideram o total dos fatores dividido pelo PIB acumulado nos últimos doze meses valorizado, segundo a fórmula: (∑FatoresCondicionantes/PIB12MesesValorizado)*100. Não reflete a variação da dívida em percentagem do PIB.

2/ Considera a soma dos efeitos mensais até o mês de referência.

3/ Inclui ajuste de paridade da cesta de moedas que integram as reservas internacionais e a dívida externa e demais ajustes da área externa.

4/ Considera a variação da relação dívida/PIB devida ao crescimento verificado no PIB, calculada pela fórmula: Dt-1/(PIBMêsAtual/PIBMêsBase) – Dt-1.

Quadro 4.9 – Dívida Líquida do Setor Público

Discriminação	2009		2010		2011	
	R$ milhões	% do PIB	R$ milhões	% do PIB	R$ milhões	% do PIB
Dívida fiscal líquida (G=E-F)	1130 595	34,9	1224 268	32,5	1332 231	32,2
Ajuste metodológico s/dívida interna (F)	116 583	3,6	118 096	3,1	114 691	2,8
Dívida fiscal líquida com câmbio (E=A-B-C-D)	1 247 178	38,5	1 342 365	35,6	1 446 922	34,9
Ajuste metodológico s/dívida externa (D)	79 727	2,5	97 424	2,6	25 106	0,6
Ajuste patrimonial (C)	108 539	3,4	111 508	3,0	111 995	2,7
Ajuste de privatização (B)	-72 734	-2,2	-75 476	-2,0	-75 476	-1,8
Dívida líquida total (A)	1 362 711	42,1	1 475 820	39,1	1 508 547	36,4
Governo federal	971 724	30,0	1044 518	27,7	1061 809	25,6
Banco Central do Brasil	-39 189	-1,2	-43 401	-1,2	-52 617	-1,3
Governos estaduais	350 339	10,8	387 503	10,3	404 621	9,8
Governos municipais	56 066	1,7	63 264	1,7	69 724	1,7
Empresas estatais	23 771	0,7	23 937	0,6	25 010	0,6
Dívida interna líquida	1 655 242	51,1	1 835 512	48,7	2 047 015	49,4
Governo federal	876 731	27,1	957 322	25,4	982 292	23,7
Banco Central do Brasil	368 999	11,4	430 187	11,4	599 046	14,5
Governos estaduais	335 899	10,4	368 599	9,8	380 897	9,2
Governos municipais	54 059	1,7	60 274	1,6	65 123	1,6
Empresas estatais	19 554	0,6	19 131	0,5	19 656	0,5
Dívida externa líquida	-292 532	-9,0	-359 692	-9,5	-538 468	-13,0
Governo federal	94 993	2,9	87 196	2,3	79 516	1,9
Banco Central do Brasil	-408 188	-12,6	-473 588	-12,6	-651 663	-15,7
Governos estaduais	14 440	0,4	18 904	0,5	23 724	0,6
Governos municipais	2 007	0,1	2 989	0,1	4 601	0,1
Empresas estatais	4 217	0,1	4 806	0,1	5 353	0,1
PIB em R$ milhões	3 239 404		3 770 085		4 143 013	

Quadro 4.10 – Dívida líquida e bruta do Governo Geral[1/]

Discriminação	2009		2010		2011	
	R$ milhões	% do PIB	R$ milhões	% do PIB	R$ milhões	% do PIB
Dívida Líquida do Setor Público (A= B+K+L)	1 362 711	42,1	1 475 820	39,1	1 508 547	36,4
Dívida líquida do Governo Geral (B=C+F+I+J)	1 378 129	42,5	1 495 285	39,7	1 536 154	37,1
Dívida bruta do Governo Geral (C=D+E)	1 973 424	60,9	2 011 522	53,4	2 243 604	54,2
Dívida interna (D)	1 861 984	57,5	1 904 779	50,5	2 137 910	51,6
Dívida externa (E)	111 440	3,4	109 397	2,9	108 385	2,6
Governo Federal	94 993	2,9	87 503	2,3	80 059	1,9
Governos estaduais	14 440	0,4	18 904	0,5	23 724	0,6
Governos municipais	2 007	0,1	2 989	0,1	4 601	0,1
Créditos do Governo Geral (F=G+H)	-830 612	-25,6	-979 408	-26,0	-1 128 444	-27,2
Créditos internos (G)	-830 612	-25,6	-979 100	-26,0	-1 127 901	-27,2
Disponibilidades do Governo Geral	-445 177	-13,7	-451 320	-12,0	-529 644	-12,8
Aplic.da Previdência Social	-58	-0,0	-1579	-0,0	-642	-0,0
Arrecadação a recolher	-1 767	-0,1	-2 035	-0,1	-1 940	-0,0
Depósitos a vista (inclui ag. descentrallizada)	-7 746	-0,2	-7 517	-0,2	-8 349	-0,2
Disponib. do Governo Federal no Bace	-406 354	-12,5	-404 516	-10,7	-475 622	-11,5
Aplicações na rede bancária (estadual)	-29 252	-0,9	-35 673	-0,9	-43 091	-1,0
Créditos concedidos a inst. financeiras Oficiais	-144 787	-4,5	-256 602	-6,8	-319 147	-7,7
Instrumentos híbridos de capital e dívida	-15 550	-0,5	-19 879	-0,5	-16 922	-0,4
Créditos junto ao BNDES	-129 237	-4,0	-236 723	-6,3	-302 225	-7,3
Aplicações de fundos e programas	-73 851	-2,3	-95 910	-2,5	-99 658	-2,4
Créditos junto às estatais	-16 518	-0,5	-15 274	-0,4	-11 824	-0,3
Demais créditos do governo Federal	-10 249	-0,3	-13 634	-0,4	-10 119	-0,2
Recursos do FAT na rede bancária	-140 030	-4,3	-146 360	-3,9	-157 509	-3,8
Créditos externos (H)	0	0,0	-307	-0,0	-543	-0,0
Governo Federal	0	0,0	-307	-0,0	-543	-0,0
Governos estaduais	-	-	-	-	-	-
Governos municipais	-	-	-	-	-	-
Títulos livres na carteira do Bacen (I)	183 105	5,7	414 537	11,0	409 959	9,9
Equalização cambial (J)	52 212	1,6	48 634	1,3	11 035	0,3
Dívida líquida do Banco Central (K)	-39 189	-1,2	-43 401	-1,2	-52 617	-1,3
Dívida líquida das empresas estatais (L)	23 771	0,7	23 937	0,6	25 010	0,6
PIB em R$ milhões	3 239 404		3 770 085		4 143 013	

1/ Inclui as dívidas do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais com os demais agentes econômicos, inclusive as dívidas com o Banco Central.

Arrecadação de impostos e contribuições federais

A arrecadação de impostos e contribuições federais, incluindo-se as contribuições do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), somou R$969,9 bilhões em 2011, total 17,4% superior ao registrado no ano anterior.

Esse desempenho, em ambiente de crescimento da massa salarial, refletiu, em especial, o impacto dos recolhimentos de R$15,9 bilhões, a título de parcelamento de débitos em atraso; do crescimento real de 32,8% na arrecadação do Imposto de Renda sobre Rendimentos de Capital, que passou de R$24,2 bilhões para R$34,3 bilhões; do pagamento de R$5,8 bilhões da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), em razão de encerramento de questionamento na esfera judicial; e da elevação de 25,45% no valor em dólar das exportações.

Quadro 4.11 – Arrecadação bruta de receitas federais

R$ milhões

Discriminação	2009	2010	2011	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Imposto de Renda (IR)	191 597	208 201	249 818	8,7	20,0
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	30 752	39 991	46 918	30,0	17,3
Imposto sobre a Importação (II)	16 092	21 119	26 734	31,2	26,6
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	19 243	26 601	31 807	38,2	19,6
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)	117 886	139 690	158 079	18,5	13,2
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	44 237	45 928	58 127	3,8	26,6
Contribuição para o PIS/Pasep	31 755	40 548	41 844	27,7	3,2
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF)	286	119	145	-58,4	22,0
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide)	4 827	7 738	8 924	60,3	15,3
Outros tributos	40 877	42 164	75 924	3,1	80,1
Subtotal	497 552	572 099	698 319	15,0	22,1
Receita previdenciária	200 737	233 609	271 588	16,4	16,3
Total	698 289	805 708	969 907	15,4	20,4

Fonte: Ministério da Fazenda/Receita Federal do Brasil

Adicionalmente, ressaltem-se os impactos da elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas operações de crédito com as pessoas físicas, R$3,2 bilhões; e da atualização dos preços de referência da tabela de bebidas, R$0,9 bilhão, neutralizados, em parte, pelas retrações associadas à atualização da tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, R$1,6 bilhão; e à redução da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre gasolina e diesel, R$0,4 bilhão.

Quadro 4.12 – Arrecadação do Imposto de Renda e do IPI por setores

R$ milhões

Discriminação	2009	2010	2011	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Imposto de Renda (IR)	191 597	208 201	249 818	8,7	20,0
Pessoas físicas	14 840	17 252	21 973	16,3	27,4
Pessoas jurídicas	84 518	89 102	104 054	5,4	16,8
Entidades financeiras	13 610	13 118	15 073	-3,6	14,9
Demais empresas	70 908	75 984	88 982	7,2	17,1
Retido na fonte	92 239	101 847	123 791	10,4	21,5
Rendimentos do trabalho	52 179	59 823	68 825	14,6	15,0
Rendimentos do capital	22 926	24 185	34 254	5,5	41,6
Remessas para o exterior	10 657	11 297	13 402	6,0	18,6
Outros rendimentos	6 477	6 542	7 310	1,0	11,7
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	30 753	39 991	46 918	30,0	17,3
Fumo	3 312	3 705	3 744	11,9	1,0
Bebidas	2 291	2 419	2 829	5,6	16,9
Automóveis	2 054	5 672	6 980	176,1	23,1
Vinculado à importação	14 685	16 874	19 631	14,9	16,3
Outros	8 411	11 321	13 735	34,6	21,3

Fonte: Ministério da Fazenda/Receita Federal do Brasil

Previdência Social

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R$245,9 bilhões em 2011, elevando-se 16% no ano, enquanto o pagamento de benefícios previdenciários cresceu 10,4%, para R$281,4 bilhões. Como resultado, o *deficit* da Previdência Social recuou de R$42,9 bilhões (1,14% do PIB) para R$35,5 bilhões (0,86% do PIB), no período.

Quadro 4.13 – Resultado da Previdência Social

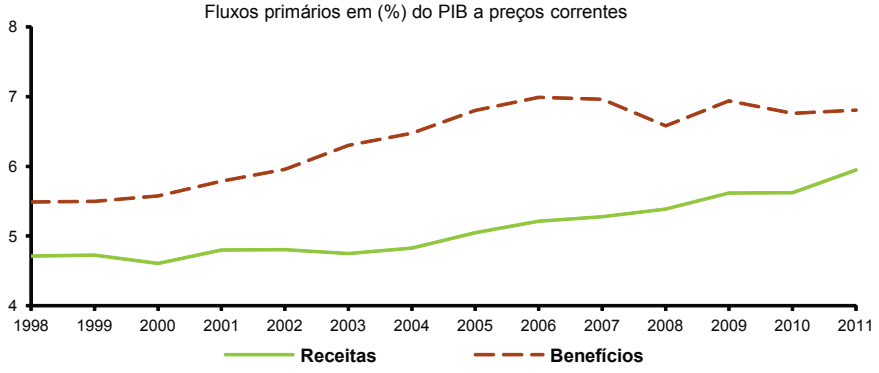
R$ milhões

Discriminação	2009	2010	2011	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Arrecadação líquida	182 008	211 968	245 892	16,5	16,0
Arrecadação bruta	201 172	234 252	272 458	16,4	16,3
Contribuição previdenciária	183 110	212 558	245 647	16,1	15,6
Outras receitas	18 062	21 694	26 811	20,1	23,6
Restituição (-)	555	740	1052	33,3	42,2
Transferências a terceiros (-)	18 609	21 544	25 514	15,8	18,4
Benefícios previdenciários	224 876	254 859	281 438	13,3	10,4
Resultado primário	-42 868	-42 891	-35 546	...	...

Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social

O desempenho da arrecadação líquida, que compreende as contribuições dos empregadores e dos trabalhadores da iniciativa privada que compõem o RGPS, deduzidas as contribuições de terceiros (Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sebrae, Sest, Senar), foi favorecido, em especial, pelo dinamismo do mercado de trabalho. O aumento dos benefícios previdenciários, que compreendem as aposentadorias, pensões, demais auxílios, precatórios e sentenças judiciais de quitação de passivos decorrentes de revisão nos valores dos benefícios concedidos, decorreu tanto da revisão do valor dos benefícios quanto da elevação da quantidade de concessões.

Gráfico 4.6
Previdência Social
Fluxos primários em (%) do PIB a preços correntes



Quadro 4.14 – Arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

R$ milhões

Discriminação	2009	2010	2011	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
São Paulo	78 507	92 317	102 139	17,6	10,6
Rio de Janeiro	19 100	23 002	25 155	20,4	9,4
Minas Gerais	22 349	27 188	29 219	21,7	7,5
Rio Grande do Sul	15 087	17 893	19 473	18,6	8,8
Paraná	12 336	13 870	15 789	12,4	13,8
Bahia	10 143	12 143	13 119	19,7	8,0
Santa Catarina	8 528	10 366	12 514	21,6	20,7
Goiás	6 717	8 170	9 875	21,6	20,9
Pernambuco	6 866	8 411	9 926	22,5	18,0
Espírito Santo	6 670	6 965	8 466	4,4	21,5
Demais estados	42 975	50 405	55 853	17,3	10,8
Total	229 278	270 730	301 527	18,1	11,4

Fonte: Ministério da Fazenda/Confaz

Finanças estaduais e municipais

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) somou R$301,5 bilhões em 2011, registrando aumento real anual de 4,4%. A arrecadação do tributo atingiu R$102,1 bilhões no estado de São Paulo, correspondendo a 33,9% do total no ano, seguindo-se as arrecadações em Minas Gerais, R$29,2 bilhões; Rio de Janeiro, R$25,2 bilhões; e Rio Grande do Sul, R$19,5 bilhões. Essas quatro unidades federativas, em conjunto, responderam por 58,4% da arrecadação anual do ICMS.

As transferências de recursos da União para os governos estaduais e municipais somaram R$172,5 bilhões, total 22,6% superior ao do ano anterior. Essa evolução decorreu, principalmente, de três fatores:

i) crescimento de R$24,5 bilhões (23,1%) nas transferências constitucionais (Fundos de Participação dos Estados e Municípios e Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados), reflexo da maior arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados;

ii) aumento de R$4 bilhões (74,3%) nas transferências amparadas pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), com a finalidade de complementar os gastos efetuados pelos estados e municípios com o ensino fundamental e formação dos profissionais da educação; e

iii) elevação de R$3,1 bilhões nas receitas provenientes de *royalties*.

Quadro 4.15 – Transferências da União para os estados e municípios

R$ milhões

Discriminação	2009	2010	2011	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Fundos de Partricipação e IPI-exportação	97 561	105 745	130 172	8,4	23,1
Fundo de Comp. das Exportações (LC nº 87/1996)	1 950	1 950	1 950	0,0	0,0
Transferências da Cide	962	1 776	2 110	84,6	18,8
Demais	27 211	31 207	38 252	14,7	22,6
Auxilio financeiro aos estados e municípios	3 818	3 266	1 950	-14,5	-40,3
ITR/IOF	237	366	397	54,4	8,5
Royalties (Lei nº 9.478/1997)	12 199	15 481	18 595	26,9	20,1
Salário-educação	5 755	6 554	7 771	13,9	18,6
Fundeb	5 070	5 353	9 329	5,6	74,3
Outras	132	187	210	41,7	12,3
Total	127 684	140 678	172 484	10,2	22,6

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional